

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação de empresa/laboratório para a prestação de Serviços Laboratoriais para a realização de Exame Toxicológicos para a Guarda Municipal, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Segurança Pública.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRPICULA	EMAIL
Erasm Rodrigues Neto	Coordenador da Guarda Municipal	2272401	guardamunicipal@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Atualmente a Secretaria de Segurança Pública atualmente conta com 78 profissionais exercendo a função de guarda civil municipal. Conforme exigência legal no Art. 8º, §3º da Lei Municipal nº 274/2014, é obrigatória a realização anual de exame toxicológico para fins de verificação da aptidão dos servidores quanto ao uso de substâncias psicoativas, visando garantir a segurança, a saúde ocupacional e a integridade das atividades desempenhadas.

Os exames toxicológicos a serem contratados deverão possuir larga janela de detecção, de forma a identificar o uso de substâncias em um período mais amplo, atendendo às exigências das normas técnicas e sanitárias vigentes. Para tanto, é imprescindível que a empresa contratada possua estrutura adequada para realização dos exames em atendimento simultâneo ou em curto prazo, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Há previsto no plano anual da Secretaria de Segurança.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação tem como objetivo a seleção de empresa especializada na realização de exames toxicológicos de larga janela de detecção, com vistas a atender à obrigatoriedade legal de avaliação periódica dos profissionais da Guarda Municipal, atualmente composta por 78 servidores.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

Exames toxicológicos com janela de detecção ampliada (cabelos ou pelos);
Conformidade com normas técnicas da ANVISA, Ministério da Saúde e demais órgãos competentes;

Emissão de laudo técnico por profissional habilitado;

Atendimento simultâneo ou em curto prazo, conforme cronograma da Secretaria;

Emissão de relatórios e controle de resultados por CPF ou matrícula funcional;

Garantia de sigilo, segurança das informações e rastreabilidade do processo.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o efetivo atual de 78 guardas civis municipais, e a obrigatoriedade da realização anual dos exames, estima-se a contratação de 78 exames toxicológicos por ano. A depender de novas admissões ou substituições, esse quantitativo poderá ser reajustado conforme cláusulas contratuais previstas

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o disposto no Art. 8º, §3º da Lei Municipal nº 274/2014, que estabelece a obrigatoriedade da realização anual de exames toxicológicos de larga janela de detecção pelos servidores da Guarda Municipal, a Secretaria realizou o levantamento das possibilidades viáveis para a execução desses exames, observando critérios de legalidade, economicidade e eficiência.

Dentre as alternativas a serem analisadas, destacam-se:

- **Execução direta pela Administração**, por meio de laboratório próprio, caso exista estrutura e capacidade técnica instalada;
- **Contratação de empresa especializada**, mediante processo licitatório ou outro meio legalmente admitido, com experiência comprovada e habilitação específica;

- **Verificação junto a laboratórios já credenciados pela Administração,** identificando eventuais contratos vigentes que possam ser utilizados para esse fim.

A partir desse levantamento, será possível definir a alternativa mais adequada para o cumprimento da obrigação legal, garantindo a regularidade da atuação funcional dos servidores da Guarda Municipal.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa de preços foi obtida com base em: Consultas a plataformas oficiais (Painel de Preços, Compras.gov.br); Propostas de fornecedores do setor (mínimo de 3 cotações); Contratações similares realizadas por outros entes públicos.

Conforme levantamento preliminar, custo total estimado da contratação é de aproximadamente R\$ 14.794,00.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A realização de exames toxicológicos com larga janela de detecção é a única solução que atende às exigências legais, sanitárias e à natureza da atividade de segurança pública. A contratação de empresa especializada, através de Dispensa, na forma eletrônica, é necessária, pois a administração pública não dispõe de estrutura laboratorial própria para esse tipo de exame.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando as características da demanda e as condições de mercado, recomenda-se que a contratação para a aquisição dos exames seja realizada em um único lote, sem parcelamento pelos seguintes motivos, economia de escala, a compra integral em uma única contratação geralmente proporciona preços unitários mais vantajosos, resultando em melhor aproveitamento dos recursos públicos, redução de custo administrativo diminuindo a necessidade de múltiplos processos de compra, simplificando a gestão e reduzindo custos com procedimentos burocráticos e fiscais, a aquisição dos exames em um único lugar assegura que todos os exames sejam produzidos e tem a mesma eficácia, evitando divergências entre os exames dos agentes, a facilidade logística de uma única empresa coletando os exames otimiza a gestão interna.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se recomenda o parcelamento da contratação, tendo em vista que se trata de um serviço técnico especializado e contínuo, cuja execução deve ocorrer de forma

centralizada e padronizada, respeitando critérios de uniformidade técnica e cronograma único definido pela Secretaria.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação dos exames toxicológicos é considerada obrigatória por motivos legais, operacionais e de segurança institucional, tendo em vista a natureza das atividades desempenhadas pelos Guardas Municipais.

A realização periódica desses exames visa garantir a aptidão dos servidores para o exercício da função, assegurando que estejam em plenas condições físicas e mentais para atuar em situações de risco e com o uso de armamento e viaturas.

Trata-se ainda de uma ação preventiva voltada ao controle do uso de substâncias psicoativas, à promoção da saúde dos servidores, ao zelo pela imagem institucional e à responsabilidade legal do ente público, no sentido de garantir a segurança da população e a eficiência dos serviços prestados.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os impactos ambientais decorrentes da realização de exames toxicológicos estão relacionados, principalmente, ao descarte inadequado dos resíduos gerados durante a coleta e análise de amostras biológicas, como o sangue.

Para evitar esses impactos, é fundamental que:

- Todos os resíduos químicos e biológicos sejam descartados por empresas devidamente autorizadas pelos órgãos ambientais competentes, conforme determina a legislação vigente;
- Haja separação adequada dos resíduos infectantes, químicos e comuns, conforme estabelece a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA;
- O laboratório contratado possua licença ambiental válida, emitida pelo órgão ambiental competente, e cumpra as normas sanitárias e ambientais;
- A contratada mantenha controle e rastreabilidade do descarte, com a devida documentação que comprove a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Essas medidas garantem que a execução dos exames ocorra de forma responsável, sem causar prejuízos ao meio ambiente e em conformidade com as exigências legais.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO/ REQUISITANTE
<div>Erasm</div> <div>o Rodrigues Neto – Mat. 2272401</div> <div>Coordenador da Guarda Municipal</div>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 08 de agosto de 2025.

Ettore Gustavo Stenghele

Secretário de Segurança Pública